

Antonio Carlos Magalhães morre aos 79 anos, em SP

Depois de 37 dias internado no Instituto do Coração, em São Paulo, morreu, na última sexta-feira, Antonio Carlos Magalhães. O presidente do Senado, Renan Calheiros, decretou luto oficial na Casa. ACM, como era conhecido, foi três vezes governador da Bahia, onde foi sepultado, e por duas vezes presidiu o Senado. Atualmente comandava a CCJ

PÁGINA 3

Senado reage à tragédia com o Airbus da TAM no aeroporto de Congonhas

- A repercussão do desastre que chocou o país
- CPI do Apagão Aéreo investigará o acidente que matou cerca de 200 pessoas, na última terça-feira, em São Paulo
- Relatórios preliminares da CPI apontam as possíveis soluções para a crise aérea
- Parlamentares se solidarizam com as famílias das vítimas, entre elas o deputado Júlio Redecker

PÁGINAS 4, 5 E 6

Mesa encaminha à PF pedido para concluir perícia em documentos

Por unanimidade, a Mesa decidiu, na última terça-feira, encaminhar ao Ministério da Justiça o pedido do Conselho de Ética, para que a Polícia Federal conclua a perícia nos documentos apresentados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em sua defesa.

PÁGINA 7

Divisão do Ibama será o primeiro item da pauta após o recesso

PÁGINA 2

— cidadania

A prevenção e o tratamento das infecções urinárias

Uma das maiores causas de consultas médicas, as infecções urinárias na maioria das vezes podem ser evitadas com procedimentos simples de higiene. Esse tipo de doença não dispensa o exame médico para o tratamento adequado.

PÁGINA 8



AGÊNCIA LUZ/ABR



Bombeiros trabalham para resgatar os corpos das vítimas da queda do voo 3054 da TAM, que ia de Porto Alegre a São Paulo

SENADO

FOTOS: GERALDO MAGELA



Quando voltarem do recesso, senadores encontrarão MP que cria novo órgão obstruindo votações

Instituto Chico Mendes é o item nº 1 da pauta

Primeiro item a trancar a pauta de votações do Senado, o projeto de lei de conversão (PLV 19/07) da Medida Provisória 366/07 – que divide as atribuições do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e cria o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade – está longe do consenso.

Os servidores do Ibama, que fizeram greve de dois meses contra a proposta ainda querem convencer os senadores a rejeitá-la. No Senado, uma das principais críticas feitas à criação do novo órgão é o fato de ter sido proposta por MP que, com tramitação curta, não permite debates aprofundados. Para Fátima Cleide (PT-RO), ainda assim, o assunto está sendo bem discutido no Congresso.

Para os servidores do Ibama, a

fragmentação de atribuições tende a burocratizar, piorar os serviços e complicar as atribuídas relações de ambientalistas com projetos de desenvolvimento econômico.

Em debate na Comissão do Meio Ambiente, a ministra Marina Silva previu que, dentro de alguns anos, o Instituto Chico Mendes, “fundamental para as unidades de conservação da natureza”, se tornará tão prestigiado quanto o Ibama. O representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, destacou a importância de um órgão para se ocupar apenas das unidades de conservação, do combate a grilagem e da biodiversidade.

Semana passada, porém, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) criticou a MP e defendeu discussão mais ampla. Ele lembrou que

o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente no primeiro governo Lula, Cláudio Langone, deixou o cargo após a edição da MP, e afirmou que a medida não foi debatida nem no ministério.

Caso seja criado como autarquia federal, o Instituto Chico Mendes cuidará das 288 unidades de conservação da natureza, que ocupam 7% do território nacional. Será responsável ainda por políticas sobre o uso sustentável de recursos naturais e apoio ao extrativismo, além de incentivar programas de pesquisa e proteção da biodiversidade. O órgão terá poder de polícia nas áreas protegidas, sem retirar a atribuição do Ibama, que manterá funções de fiscalização, autorização do uso de recursos naturais e concessão de licenças ambientais.

Supersimples pode mudar em agosto

O projeto que amplia o número de atividades empresariais que podem ser incluídas no Supersimples e promove outras alterações na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa pode ser votado em Plenário, no dia 7 de agosto. Essa é a expectativa do senador Adelmir Santana (DEM-DF), relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que aprovou seu parecer no dia 11 de julho.

Em sua avaliação, o desafio é aprovar as medidas provisórias que bloqueiam a pauta. Isso porque o acordo que viabilizou a votação na CAE deve evitar surpresas no Plenário.

Pelo projeto (PLC 43/07), o novo prazo para a adesão ao sistema de tributação do Supersimples

será estendido de 31 de julho para 15 de agosto. O prazo “está em cima”, lamenta o relator.

O compromisso do governo de vetar dois dispositivos permitiu a aprovação na CAE. Um deles atenderá os secretários estaduais de Fazenda que se opuseram à proibição da cobrança antecipada do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O outro veto impedirá que o setor de transporte de cargas ou de passageiros, intermunicipal ou interestadual, seja incluído no Supersimples, pelo menos por enquanto. Segundo Santana, a inclusão de novos setores será estudada pela Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, a que apresentará novo proje-

to. Assim, a subcomissão deve examinar também a emenda do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), rejeitada para evitar que o projeto retornasse à Câmara. Ele queria incluir várias categorias no Supersimples, como profissionais de saúde, clínicas e farmácias. A proposta beneficia setores de cosméticos, sorvetes e fogos de artifício. Outra questão tocada pelo projeto é a renegociação de débitos tributários. Santana explica que as empresas precisam “zerar” suas dívidas para poder optar pelo Supersimples. Só que a Lei Geral incluía apenas os débitos até janeiro de 2006. A proposta amplia o prazo para até 31 de maio deste ano. Elas poderão ser renegociadas em até 120 meses.

Presidência

Renan faz balanço da atuação do Senado e aponta ritmo intenso

O presidente do Senado, Renan Calheiros fez, na terça passada, pronunciamento com foco na produção legislativa da Casa no primeiro semestre. Ele enfatizou o respeito que tem ao Conselho de Ética e rechaçou qualquer avaliação de que seu comportamento diante do processo a que responde seja resultado de arrogância ou presunção.

– Quem me conhece sabe que busco o diálogo – frisou, reafirmando respeito às manifestações da oposição na discussão do processo e apreço à liberdade de imprensa.

“Mesmo num período de turbulência, Renan registrou que o Senado votou este ano, em 57 sessões deliberativas, quase 600 matérias e aprovou 523.

– Média maior que a de

2005 – disse. “Graças à maturidade e responsabilidade dos senadores”, as acusações que sofreu “não interromperam o formidável ritmo de trabalho que a Casa vem mantendo nos últimos dois anos”.

Para Renan, o Senado vive um momento de equilíbrio entre forças políticas, sustentando que “isso revela a força da democracia”. Na sua opinião, é hora de diálogo permanente “para que os impasses nacionais superados”.

Ao destacar matérias aprovadas na Casa no semestre, o senador lembrou, ainda, que na área de educação foi aprovado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).



Renan Calheiros, ao lado de Efraim (E), afirma que o trabalho no Senado teve média maior do que em 2005

Sancionada a MP que modifica Timemania

O presidente Lula sancionou, com vetos, o projeto que converte em lei a Medida Provisória 358, que altera a Timemania, a loteria criada para ajudar os clubes de futebol a saldarem seus débitos com a União. Lula vetou dois artigos incluídos pelo Congresso. As alterações foram publicadas no *Diário Oficial* da União da última quinta-feira.

Um dos artigos vetados foi o que permitia que, mesmo com parcelamento de dívidas com a Fazenda Pública, os clubes as questionassem na Justiça

ou na esfera administrativa. Mas os programas governamentais de parcelamento de dívidas, o de Recuperação Fiscal (Refis) e o de Parcelamento Especial (Paes) exigem que os times assumam as dívidas.

Outro artigo vetado aumentava de três para cinco anos a validade do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), que dá direito a benefícios fiscais. Para o governo, a ampliação do prazo desestimularia as entidades de cumprir as obrigações tributárias.

O Senado está em recesso desde 18 de julho e retoma suas atividades normais no dia 1º de agosto

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SENADO Com mais de 50 anos de vida pública, senador foi influente em diversos momentos da história nacional

Antonio Carlos Magalhães

*04/09/1927 +20/07/2007

Morreu às 11h40 de sexta-feira, em São Paulo, o senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), vítima de infecção e problemas renais e cardíacos. O senador, de 79 anos, estava internado desde 13 de junho no Instituto do Coração (Incor) do Hospital das Clínicas. O corpo foi levado a Salvador, onde ocorreu o sepultamento, no Cemitério do Campo Santo, no sábado.

ACM estivera internado no Incor três outras vezes este ano, quando recebeu a visita de políticos, entre eles o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente Lula. Na madrugada de 19 de julho, porém, o senador, que era diabético, sofreu uma parada cardíaca e, na manhã seguinte, não resistiu.

- Deputado estadual
- Três vezes deputado federal
- Prefeito de Salvador
- Três vezes governador da Bahia
- Presidente da Eletrobrás
- Ministro das Comunicações
- Três vezes senador
- Duas vezes presidente do Senado

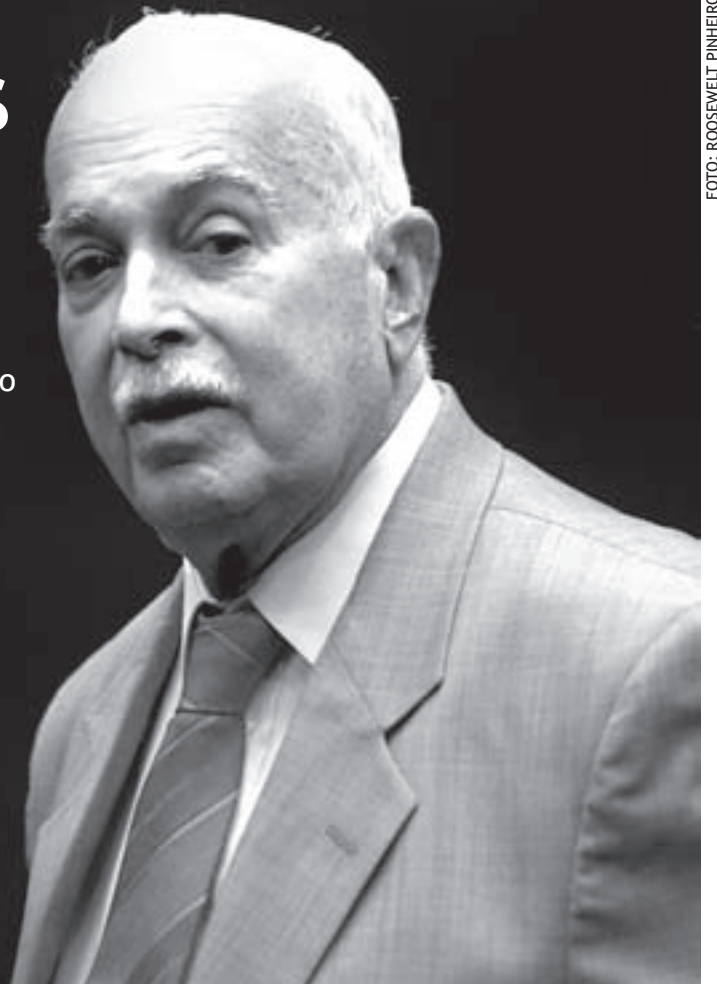


FOTO: ROSEVELT PINHEIRO

Na biografia, todos cargos eletivos da BA

Antonio Carlos Peixoto de Magalhães nasceu no dia 4 de setembro de 1927, em Salvador, filho de Helena Celestino de Magalhães e Francisco Peixoto de Magalhães. Era casado com Arlete Maron de Magalhães, com quem teve quatro filhos: Antonio Carlos Júnior, administrador, Teresa Helena, assistente social, e os já falecidos Luís Eduardo e Ana Lúcia.

Fez parte do primário no Rio de Janeiro e o resto de sua formação em Salvador, onde se diplomou médico, em 1952, pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por desejo do pai. Sua vocação para a política, porém, já era nítida: na formatura, foi orador da turma. Antes, já havia presidido o grêmio estudantil e o Diretório dos Estudantes da UFBA.

O primeiro mandato foi como deputado estadual, em 1954, pela União Democrática Nacional (UDN). Quatro anos depois, já desempenhava o primeiro de três mandatos de deputado federal consecutivos.

Saiu da Câmara em 1967 para, nomeado pelo governador Luiz Viana Filho, assumir a Prefeitura de Salvador, cargo que ocupou até chegar ao governo estadual, por eleição indireta, em março de 1971. Naquela época, já era presidente regional da Aliança

Renovadora Nacional (Arena).

Em novembro de 1975, foi nomeado pelo presidente Ernesto Geisel para a Presidência da Eletrobrás. De lá voltou ao governo da Bahia, em março de 1979, eleito pelo colégio eleitoral.

Seu mandato acabou em março de 1983 e, dois anos mais tarde, já no PFL, foi nomeado ministro das Comunicações pelas mãos do presidente José Sarney. Foi incumbido por Sarney para representá-lo no ato formal em que Brasil e Cuba reataram relações diplomáticas. Naquele período, Antonio Carlos se dizia à frente da democratização da radiodifusão,

“por entender que a concessão de canais deveria levar em conta as características de serviço de grande interesse”.

Em 1990, foi eleito para o terceiro mandato como governa-

dor, para depois candidatar-se a uma vaga no Senado, onde debutou em 1995. Dois anos depois, era eleito presidente da Casa para o biênio 97/99 e reeleito (biênio 99/01). Nessa época, ao lado do filho, herdeiro político e deputado federal Luís Eduardo, Antonio Carlos desfrutou de grande prestígio, apoiando o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em pleno auge, Luís Eduardo Magalhães morreu, aos 43 anos, em 21 de abril de 1998, quando já era

candidato ao governo da Bahia e apontado como futuro presidente. O próprio ACM considerava essa a maior tragédia de sua vida. “Estou destruído. Por que meu filho e não eu?”, questionou à época.

No ano seguinte, foi idealizador da CPI do Judiciário e do Fundo de Combate à Pobreza. Sem a mediação de Luís Eduardo, a relação de ACM com FHC se deteriorou e dois ministros que eram indicados por ele foram afastados do governo.

Depois de deixar a Presidência do Senado, Antonio Carlos entrou em forte atrito com seu sucessor, Jader Barbalho, do PMDB. A crise que sucedeu à violação do painel eletrônico do Senado na votação secreta que culminou com a cassação do então senador Luiz Estevão (DF) levou à renúncia de Antonio Carlos em maio de 2001. No ano seguinte, foi reeleito para o Senado, com votação consagrada.

Em 2003, no entanto, o senador foi acusado de ordenar esquema de escutas telefônicas ilegais. O Conselho de Ética foi acionado, mas o processo foi arquivado pela Mesa, comandada por José Sarney.

Nos últimos anos, Antonio Carlos dedicou sua atividade no Senado à aprovação do orçamento impositivo e de medidas para melhorar a segurança pública, principalmente no último biênio, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Da esquerda à direita, líderes lamentam ausência

Políticos de todos os partidos – inclusive adversários de Antonio Carlos Magalhães – lamentaram a morte do senador. O governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), decretou luto oficial no estado. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que ACM foi “o último expoente de uma geração de grandes lideranças, que, lamentavelmente, está chegando ao fim”. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou que ele organizou um seminário no Senado para buscar causas e soluções para a pobreza. “ACM se agarrou à idéia e fez com que o Fundo de Combate à Pobreza fosse aprovado e transformado em lei”.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), ACM “não era medíocre”.

– Era um daqueles gigantes que dominaram a cena política do país durante a segunda metade do século passado, da dimensão de Leonel Brizola e Carlos Lacerda – definiu.

“Se existe alguém que possa ser considerado extraordinário, este era Antonio Carlos Magalhães”, declarou o líder do PSDB no Senado, Tasso Jereissati (CE). O seu amigo José Sarney (PMDB-AP) disse que o parla-

mentar baiano era “referência no Congresso brasileiro e no Senado Federal”. O senador Tião Viana (PT-AC) também ressaltou a importância do colega baiano. “Por várias vezes, ele se mostrou como a própria face do Senado perante a nação”, disse. A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), afirmou que a morte do colega encerra um ciclo.

O senador César Borges (DEM-BA) sublinhou a atuação de ACM em favor de seu estado.

– Em primeiro lugar estava a Bahia – afirmou.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso declarou que ACM “foi um homem de coragem e talento, que guardou até o fim o ânimo para combater pelo que

acreditava”. O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) lembrou a importância de ACM para a vitória de Tancredo Neves, ao fim da ditadura militar. O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou que “com ele se vai a legenda de um época. Seu espírito polêmico e os gestos de amigo solidário vão fazer falta ao Brasil”. Para o colega de partido Edison Lobão (MA), ACM foi um dos mais expressivos líderes. “Deixará um vácuo difícil de preencher.”

“Era daqueles gigantes que dominaram a cena política”, disse Jefferson

Renan lamenta morte do colega

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lamentou a morte de Antonio Carlos por falência múltipla dos órgãos secundária à insuficiência cardíaca. Renan afirmou que a morte do colega representa “perda irreparável” e que ele “foi um dos grandes presidentes do Senado”.

– Vamos ter muita dificuldade para preencher essa lacuna. Ele foi uma das mais fortes influências políticas do país, ajudou a garantir a estabilidade do

Congresso e foi responsável pela modernização da Bahia – disse.

Renan decretou luto oficial de três dias na Casa. A pedido de Renan, a Presidência da República ofereceu o avião presidencial para levar senadores de Brasília a São Paulo. Entre eles estão, Renan, José Sarney (PMDB-AP) e Edison Lobão (DEM-MA). O avião transportaria o corpo, os familiares de Antonio Carlos e a comitiva de senadores até Salvador, onde ocorreu o enterro.

Suplente é seu filho ACM Júnior

O suplente do senador Antonio Carlos Magalhães é seu filho, Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Júnior, empresário e professor universitário. Ele exerceu o mandato por cerca de um ano e meio, em substituição a seu pai, que em 31 de maio de 2001 renunciou a fim de preservar seus direitos políticos (leia acima).

Na atual legislatura, como Antonio Carlos Magalhães foi reeleito em 2002 para um mandato de oito anos, Antonio Carlos Júnior terá

direito a exercer o cargo até 31 de janeiro de 2011, quando termina a 53ª legislatura.

Ao final de 2002, ao prestar contas de 20 meses de mandato, Antonio Carlos Júnior destacou três propostas que apresentou à Casa: o projeto que cria o pecúlio estudantil no Bolsa-Escola; o que estabelece o Programa de Ressocialização de Moradores de Rua e o que prevê a responsabilidade penal dos administradores de entidades fechadas de previdência.

Morre presidente nacional do PP

O presidente nacional do Partido Progressista (PP), deputado Nélio Dias, do Rio Grande do Norte, morreu na sexta-feira, em São Paulo, aos 62 anos. Vice-líder da bancada e agropecuarista, Dias exercia o segundo mandato. Sua vaga será ocupada por Betinho Rosado, do DEM. Nélio Dias tinha câncer no pulmão e teve morte encefálica. O enterro aconteceu no sábado, em Natal.

CRISE AÉREA Acidente com avião da TAM aumenta polêmica sobre a gestão aeroportuária no Brasil



Bombeiros trabalham no resgate dos corpos das vítimas do voo 3054. Parte do prédio da TAM Express desabou com o impacto provocado pelo choque com a aeronave

CPI do Apagão vai investigar nova tragédia aérea no país

A cúpula da CPI do Apagão Aéreo quer que a comissão investigue o acidente com o avião da TAM no aeroporto de Congonhas. No entanto, o colegiado só deverá se debruçar sobre o assunto em agosto, quando termina o recesso parlamentar.

“Está dentro da responsabilidade da CPI analisar e apontar as responsabilidades”, salientou o presidente da comissão, Tião Viana (PT-AC), confirmando o engajamento do Senado. Ele informou que o prazo para o funcionamento da CPI deve se estender em razão do acidente.

O senador pediu prudência ao apontar responsabilidades pela tragédia em São Paulo e disse que prefere aguardar o laudo

técnico. A opinião foi compartilhada pelo vice-presidente da CPI do Apagão Aéreo, senador Renato Casagrande (PSB-ES).

– A avaliação tem de ser feita com cautela, para que não se cometa nenhuma injustiça – frisou Casagrande, ao admitir, porém, que “o acidente joga luz sobre o problema da gestão aeroportuária”.

Renato Casagrande afirmou que há no país “uma gestão ineficaz, desorganizada, que não respondeu à crise que já estamos vivendo há vários meses”. Ele também quer que o governo “tenha pressa e seja eficiente para estabelecer um novo modelo de gestão para os serviços aeroportuários do país”.

Nas primeiras horas após o acidente, Demostenes Torres (DEM-GO), relator da CPI do Apagão Aéreo, foi ao aeroporto

de Congonhas, onde se encontrou com representantes da Infraero e assistiu ao vídeo que mostra o avião da TAM na pista do aeroporto momentos antes do choque contra o prédio da TAM Express. O senador defendeu o fechamento imediato da pista principal de Congonhas e pediu a responsabilização das “pessoas que liberaram a pista para uso de forma indevida e inadequada”.

– Congonhas está operando muito acima de sua capacidade – disse, e ressaltou que o crescimento do número de passageiros no Brasil é de 12% ao ano, superior ao da China, de 11%, e que um acidente como esse evidencia que o sistema aeroportuário brasileiro “está falido”.

O relator designou o delegado da Polícia Federal Renato Sayão para acompanhar todas as investigações em nome da CPI e avisou que já foi solicitada perícia do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o local do acidente, que será executada pelo Exército brasileiro.

– Eu pedi e o presidente do TCU concordou que a perícia fosse feita pelo Exército, porque a Aeronáutica é parte interessada. Tem um corpo técnico excelente, mas nesta hora precisamos de algo que seja, em tese, imparcial – frisou, ao justificar que na área de pavimentação o Exército possui “alto conhecimento científico”.

Segundo Demostenes, o TCU fará ainda uma auditoria nas contas da reforma da pista principal. O senador fez duras críticas ao Ministério da Defesa e ao chefe da pasta, ministro Valdir Pires. “O Ministério da Defesa é algo inútil, não coordena nada”, disse.

Autoridades poderão vir ao Congresso

José Agripino (DEM-RN) pediu ao senador Edison Lobão (DEM-MA), membro do seu partido na Comissão Representativa do Congresso, que solicite a presença no Senado, até esta terça-feira, dos presidentes da Infraero, José Carlos Pereira; da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi; do ministro da Defesa, Valdir Pires; e do comandante da Aeronáutica, Juniti Saito.

Segundo Agripino, a intenção é que as autoridades dêem explicações sobre o acidente da TAM. Na nota, o senador lamenta o ocorrido e ainda afirma que o acidente é “um golpe letal na imagem do Brasil como nação capaz de tomar conta do seu próprio crescimento”.

A sugestão de Agripino coincide com a do deputado Raul

Jungmann (PPS-PE), que pediu ao presidente Renan Calheiros a realização de uma reunião pela Comissão Representativa para ouvir as mesmas autoridades. Jungmann, integrante da comissão, argumentou que a reunião de emergência justifica-se diante da gravidade do fato e tem como objetivo contribuir para esclarecer os fatos e as medidas iniciais relacionadas ao acidente, que rovou a morte de cerca de 200 pessoas.

Em artigo publicado no jornal *O Globo*, na segunda-feira passada, Agripino propôs medidas para reformar o atual sistema de tráfego aéreo, entre elas a

privatização ou concessão de aeroportos. Ele citou um plano que dividiria o sistema aéreo do país em três empresas distintas, com sedes em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

José Agripino e Raul Jungmann pedem ação da Comissão Representativa

À Infraero seria reservada a função do “planejamento estratégico e da fiscalização do setor”, disse Agripino. O senador comparou a administração dos aeroportos ao setor de telefonia – já privatizado – e afirmou que o Estado “não tem dinheiro” para fazer os investimentos necessários em infra-estrutura aeroportuária, citando números que indicam que, só em São Paulo, teriam de ser gastos R\$ 20 bilhões.

Comissão da Câmara volta ao trabalho

A CPI do Apagão da Câmara aprovou, na sexta-feira, requerimento que solicita o envio de dois integrantes da comissão aos Estados Unidos para acompanhar a degravação das caixas-pretas do Airbus da TAM. A CPI também deve convocar para que prestem esclarecimentos os representantes da empresa aérea, do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) e da Infraero, além dos controladores que trabalhavam no momento do acidente.

Assim como a CPI do Apagão Aéreo do Senado, a da Câmara deverá prorrogar seus trabalhos. Inicialmente, a previsão era con-

cluir os trabalhos na Câmara até o dia 15 de setembro. O relator da CPI na Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), apresentou os requerimentos para convocação de depoimentos e envio dos parlamentares. Os integrantes da comissão vão trabalhar durante todo o recesso parlamentar.

A intenção é ouvir até o próximo mês o presidente da TAM, Marco Antonio Bologna; o brigadeiro Jorge Kersul Filho, do Cenipa; o brigadeiro José Carlos Pereira, da Infraero; e o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi. Com essas iniciativas, a CPI pretende contribuir para que as

investigações ocorram rapidamente, uma vez que a previsão é que possam levar dez meses, e, assim, prestar solidariedade às famílias das vítimas.

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, disse que a CPI do Apagão Aéreo tem de investigar também o acidente com o Airbus da TAM. “O pior já aconteceu, que foram as perdas humanas. Dois acidentes tão próximos, em tão curto espaço de tempo, causam comoção e uma situação difícil. Isso aumenta a insegurança das viagens aéreas no Brasil, pois aumenta a preocupação e causa impotência na população”, afirmou.

Ideli e Zambiasi querem ação dos senadores

Ao afirmar que o acidente da TAM deve entrar na pauta da CPI do Apagão Aéreo tão logo acabe o recesso parlamentar, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou que “este é um momento de grande sofrimento para a nação”.

– Devemos prestar solidariedade aos parentes das vítimas – afirmou Ideli.

Sobre as possíveis causas do acidente, a senadora declarou que, “em primeiro lugar, é ne-

cessário investigar”. A líder ressaltou a importância da análise da caixa-preta do avião. Ela disse que “ainda não está configurado se a pista foi entregue sem ranhuras [e se isso teria provocado o acidente] ou se houve erro do piloto ou falha dos equipamentos”. A falta de ranhuras na pista – chamadas de *grooving* –, que auxiliariam nas aterrissagens (ao aumentar a aderência dos pneus das aeronaves) e no escoamento de água são apontadas como

fator que teria contribuído para o acidente.

Membro da CPI do Apagão Aéreo, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu a prorrogação dos trabalhos para que haja tempo de investigar o acidente com o voo 3054 da TAM. A comissão tem até novembro para apresentar o relatório final.

– Temos que trabalhar porque esses acidentes abalam a confiança no nosso sistema de transporte aéreo – enfatizou.

CRISE AÉREA Em luto, o país se solidariza com as famílias das vítimas e busca as causas de uma crise sem fim

Em apenas dez meses, mais de 340 vítimas

O voo partiu de Porto Alegre às 17h16 e chegou a São Paulo às 18h50 da terça-feira, 17 de julho. O avião, um Airbus, não conseguiu parar, derrapou na pista de Congonhas, atravessou uma das principais avenidas da zona sul de São Paulo e bateu em um prédio de carga e descarga da companhia aérea TAM. No choque, a aeronave explodiu. Morreram as 188 pessoas que estavam a bordo. Ainda não se sabe o número de vítimas que estavam em solo. Além de mais de dez corpos de pessoas que se encontravam em um posto de gasolina e no edifício atingido, pelo menos 18 funcionários da TAM Express estão desaparecidos.

Esse foi o maior acidente aéreo do país. Antes dele, a marca era do voo 1907 da Gol, em setembro de 2006, com 154 mortos.

A Aeronáutica iniciou no dia as investigações sobre as causas do acidente. As caixas-pretas serão analisadas nos Estados Unidos e, segundo o comandante da Ae-

ronáutica, Juniti Saito, a perícia deve ficar pronta em 30 dias.

Entre as possíveis causas, estão falhas mecânicas, já que o avião não diminuiu a velocidade quando atingiu o solo, e falhas humanas. Além das condições da pista principal do aeroporto de Congonhas, uma vez que as derrapagens na pista recém-reformada são frequentes, especialmente quando há chuva, como na noite do acidente.

A pista principal de Congonhas foi reaberta recentemente após uma reforma no asfalto. Porém, parte da obra – a abertura de ranhuras no asfalto para aumentar o atrito das rodas do avião e para ajudar no escoamento de água – ainda não foi realizada, abrindo margem para especulações de que a obra fora entregue incompleta. A pista de Congonhas também é considerada curta, es-

pecialmente para dias de chuva, quando é necessário mais espaço para frear a aeronave. Análises preliminares demonstram que, já em solo, o avião voltou a acelerar, indicando que o piloto teria tentado arremeter (tornar a decolar).

Na última sexta-feira, o governo divulgou um plano de emergência para a crise aérea. Entre as medidas a serem adotadas, está a construção

de um novo aeroporto na grande São Paulo e a realocação de várias linhas aéreas do país. O de Congonhas terá a “vocação” alterada, segundo a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil. De imediato, esse aeroporto deixará de ser ponto de distribuição, conexão e escalas de vôos. O apoio da empresa TAM às famílias das vítimas será fiscalizado pela Agência Nacional de Aviação Civil.

Governo anunciou construção de novo aeroporto em São Paulo

Luto oficial de três dias e promessa de investigação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou três dias de luto após o acidente em Congonhas. “Foi com grande consternação que recebi a notícia do acidente envolvendo um Airbus da TAM no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Quero manifestar minha solidariedade aos parentes das vítimas e assegurar à sociedade brasileira que todas as investigações necessárias serão feitas a fim de esclarecer as causas dessa terrível tragédia. Em sinal de pesar pelas vítimas,

decretarei luto oficial no país nos próximos três dias”, afirma a nota do presidente.

Lula determinou ainda ao comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, que coordene as apurações. Um dia depois, Lula assumiu o comando do gabinete de acompanhamento das investigações, que reúne os ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff, da Comunicação Social, Franklin Martins, e das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, e da Defesa, Waldir Pires.

Renan manifesta solidariedade

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lamentou o desastre com o avião da TAM, e manifestou sua solidariedade às famílias das vítimas. Ele colocou o Senado e o Congresso à disposição dos familiares para quaisquer providências que possam atenuar o sofrimento provocado pela tragédia.

Comovidos, dirigentes estrangeiros se solidarizam

Logo após o acidente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu ligação do colega da Argentina, Néstor Kirchner, manifestando solidariedade ao povo brasileiro por conta do acidente com o voo da TAM. Essa foi apenas a primeira manifestação estrangeira de pesar pela tragédia.

Na manhã seguinte ao acidente, o papa Bento 16 já afirmava estar rezando pelas vítimas. “O Santo Pai pede a Deus para dar força e conforto aos feridos e a todos aqueles afetados por esta tragédia”, disse o Vaticano, em telegrama assinado pelo secretário de Estado do Vaticano, Tarcisio Bertone.

Chefes de Estado de outros 16 países, além da presidente da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, e do comissário para política externa da União Européia, Javier Solana, manifestaram-se formalmente no dia após à tragédia. Entre eles, estão os representantes de China, Argentina, Omã, Bulgária, Paquistão, Portugal, Rússia, Tunísia, Israel, Irlanda, México, Angola, Peru, Timor Leste, Chile e Espanha.

Os presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e da China, Hu Jintao, enviaram telegramas ao presidente Lula expressando condolências. Também fizeram contatos com Lula o rei da Espanha, Juan Carlos, e a presidente do Chile, Michele Bachelet.

“Obras que só embelezam”, alvo de auditoria do TCU

Um dia depois do acidente, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes anunciou que vai propor auditoria nos aeroportos brasileiros.

A nova auditoria aprofundaria investigações já em curso no TCU. “Ficou claro e evidente que, no caso de Congonhas, foi feito um embelezamento antes da prevenção”, disse. Na avaliação de Nardes, “Congonhas era um acidente anunciado”. O ministro foi relator de uma investigação realizada pelo TCU sobre o caos aéreo, em dezembro de 2006. O relatório apontou falhas no sistema, como equipamentos defasados.

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, classificou como uma “vergonha” a tragédia com o avião da TAM. Ele divulgou nota afirmando que o acidente “fez explodir a credibilidade do sistema aéreo brasileiro”. Britto pediu o afastamento imediato dos envolvidos na gestão do espaço aéreo, investigação rápida e punição aos culpados. “[O país] constatou que, não obstante a montanha de dinheiro do contribuinte gasta na reforma de aeroportos em todo o país, em faraônicas obras de fachada, a infra-estrutura de segurança continua precaríssima”, observou, ao esclarecer que aeroporto não é shopping center.

Redecker lutou pela criação de CPI do Apagão Aéreo

Entre as vítimas do acidente com o voo 3054 da TAM no Aeroporto de Congonhas, estava o deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), líder da Minoria na Câmara. O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, expressou solidariedade à família de Redecker e ressaltou que o deputado era um “político jovem, ao mesmo tempo combativo, leal e terno”. Redecker embarcou em Porto Alegre no voo da TAM e pegaria outro voo no aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (SP), com Chinaglia, para viagem aos Estados Unidos, onde teria reuniões com parlamentares norte-americanos.

Redecker nasceu em 12 de julho de 1956 em Taquari (RS). Era advogado, professor universitário e empresário. Casado, com três filhos, era filho de um taxista e de uma cozinheira. Ainda jovem mudou-se

para Porto Alegre, onde começou a carreira. Nas últimas eleições obteve 157 mil votos. Estava em seu quarto mandato de deputado. Lutou pela realização de uma CPI do Apagão Aéreo. Em um de seus discursos, indagou: “quais serão as próximas vítimas do caos aéreo?” (com Agência Câmara)



Júlio Redecker, do PSDB do Rio Grande do Sul, era líder da Minoria na Câmara dos Deputados

“Até quando?”, questiona Virgílio, ao cobrar providências

Em nota, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) lamentou a tragédia e, em especial, a morte do deputado Júlio Redecker (PSDB). O senador disse que o Brasil está em prantos. Ele lembrou do acidente com o avião da Gol, ocorrido em 29 de setembro de 2006. “Até quando? Esperar a próxima mortandade? Ou enfrentar a crise do setor aéreo com cará-

ter, coragem e competência?”, diz o documento. O presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE), também divulgou nota de pesar pelo acidente e pela morte do colega de partido. Jereissati definiu Redecker como “uma jovem liderança, um grande idealista”, que deixa “um legado de honradez e competência no exercício da sua vida pública”.

Tricoteiras morrem sem receber os precatórios

As líderes na luta para o pagamento do que o governo deve a aposentados e pensionistas, os chamados precatórios alimentícios, morreram sem conseguir apoio para que os idosos tenham preferência na hora de receber esse dinheiro. Personagem de matéria do **Jornal do Senado** no dia 18 de junho deste ano, a dona-de-casa gaúcha Júlia de Oliveira Camargo morreu aos 79 anos. Ela estava no voo 3054 da TAM junto com outras oito companheiras da entidade que presidia – a União Nacional dos Credores de Precatórios (UNCP).

Viajavam de Porto Alegre para São Paulo, onde parti-

cipariam do lançamento do Movimento Nacional contra o Calote Público. Dona Júlia liderava o simpático grupo das tricoteiras que há um ano tecem a manta, que chegou a 200 metros, símbolo do protesto contra os atrasos no pagamento dos precatórios alimentícios.

Incansáveis, estiveram algumas vezes no Congresso. Em junho, na última visita ao relator da PEC dos precatórios, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), entregaram um documento com suas reivindicações. Uma delas é a preferência aos credores com mais de 65 anos e portadores de doenças graves em fase terminal.



As tricoteiras Nelly Elly Priebe, Mery Grash Vieira, Suely da Fonseca e Adelaide de Moura também morreram no acidente

CRISE AÉREA

CPI aponta falhas e faz propostas

Um acidente em setembro do ano passado acendeu a luz vermelha no sistema de tráfego aéreo do país. A morte de 154 pessoas que se encontravam a bordo de um Boeing da Gol mostrou uma seqüência de falhas humanas que

culminaram com a tragédia. Mas também expôs a fragilidade de um sistema que desde então tenta sem êxito superar seus problemas. A CPI do Apagão Aéreo, do Senado, faz um diagnóstico dos problemas e aponta propostas para superá-los.

Novo modelo poderia descongestionar aeroportos

O segundo relatório parcial apresentado pela CPI do Apagão Aéreo propõe a privatização dos maiores aeroportos, com movimentação superior a 3 milhões de passageiros por ano, entre eles Congonhas. Essa é uma das 16 medidas sugeridas pela CPI no início de julho para solucionar a grave crise do setor aéreo.

Entre outras recomendações, o relatório sugere ainda a adoção de um modelo eficiente de alocação de horários de pousos e decolagens (*slots*) nos aeroportos congestionados; a revisão das linhas aéreas com origem ou destino em aeroportos congestionados; a elaboração e implementação de uma política nacional de aviação civil e de um plano aeroviário nacional; o fortalecimento do Ministério da Defesa; uma maior setorização do espaço aéreo brasileiro; a realização de uma auditoria internacional independente no sistema de controle de tráfego aéreo brasileiro; e a alteração da legislação referente à assistência às vítimas de acidentes aeronáuticos e de apoio aos familiares.

A melhoria da qualidade dos equipamentos de controle de voo, afirma o relatório, reduziria atrasos e cancelamentos de vôos em decorrência de neblina e chuva, pois haveria capacidade de pousos e decolagens com auxílio de instrumentos avançados.

A diferenciação das tarifas

VALTER CAMPANATO/ABR



A privatização do aeroporto de Congonhas é uma das propostas feitas pela CPI do Apagão Aéreo

aerportuárias é outra recomendação do relatório para diminuir o congestionamento. O raciocínio é que a elevação das taxas pagas pelas companhias nos aeroportos mais movimentados direcionaria a demanda para os ociosos.

O documento propõe a separação dos sistemas civil e militar como parte da desmilitarização do controle de voo. Isso seria possível a partir da implantação do novo sistema de gestão prevista para 2017. Segundo o relator da CPI, Demostenes Torres (DEMGO), é preciso encontrar uma forma adequada de conceder aumento salarial aos controla-

dores.

Conforme o documento, os Relatórios de Perigo e Relatórios de Investigação do Controle do Espaço Aéreo (Ricea) apontam problemas graves em relação a "ausência de supervisor, inclusive com notícia de não assistência a controlador quando solicitada, e a controlador que acumula as duas funções".

O aumento do efetivo de controladores de tráfego aéreo civil do grupo de Defesa e Controle do Tráfego Aéreo é sugerido pela necessidade de contratação de aproximadamente 600 profissionais.

Em relação a rádio, radar e softwares usados para o controle de voo, o relatório aponta para a necessidade de revisão, modernização e reforço da manutenção. De acordo com o documento da CPI, Riceas dos quatro Centros Integrados de Defesa e Controle de Tráfego Aéreo (Cindactas) registram problemas graves com cruzamento de aeronaves a distância menor do que a permitida; decolagem de aeronave sem *transponder* ou com *transponder* desligado; interferências de frequência de rádio FM e de telefone celular; e multiplicação de alvos ou de pistas na tela de radar.

Indícios de irregularidades levam à quebra de sigilo de suspeitos

A CPI do Apagão Aéreo ouviu na última terça-feira (poucas horas antes do acidente com o avião da TAM) quatro analistas de Finanças e Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU). Os depoentes informaram que o órgão encontrou "fortes indícios de irregularidades" em obras da Infraero em aeroportos.

Entre os problemas encontrados pelo TCU, o secretário de Fiscalização de Obras do tribunal, Cláudio Altourian, citou falhas em projeto básico, ausência de estudo de viabilidade, falta de detalhamento adequado de custo e ausência de pesquisa de preço.

O secretário disse que o calcanhar-de-aquiles das obras são projetos básicos malfeitos e brechas na legislação para que a própria empreiteira que fez o projeto execute a obra. Na opinião dele, a situação é "muito danosa" à administração pública.

Segundo Altourian, o TCU encontrou em 2005 o primeiro grande problema na Infraero: os custos das obras da empresa eram classificados como "despesa em patrimônio da União" e, por isso, não apareciam no Orçamento. O analista explicou que isso interferia na necessidade de prestação de contas ao TCU. Somente em 2006, as obras voltaram a aparecer no Orçamento da União.

Altourian também informou que, na maioria das vezes, a Infraero justificava o uso de insumos mais caros apenas por se tratar de uma obra em um aeroporto. Essas "justificativas genéricas", disse, não são aceitas pelo TCU. Por conta desses fatos, a Infraero levou mais de cinco meses para defender-se em processos do tribunal, quando o prazo usual é de 15 dias.

Outro analista do TCU na reunião, Jorge Pereira de Macedo, destacou que o órgão encontrou problemas semelhantes nas obras de aeroportos em várias regiões do país. Em uma delas, o tribunal ainda conseguiu diminuir em R\$ 100 milhões o valor previsto em edital, de acordo com o secretário de Fiscalização de Obras do TCU.

Como relator da CPI, Demostenes Torres destacou que a má qualidade dos projetos aprovados leva a sucessivas reformulações e aditamentos no valor da obra. O senador anunciou que a CPI deverá votar quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico dos envolvidos nas irregularidades, por entender que a falta de verbas para a modernização dos aeroportos está intimamente ligada a esses desvios.

Falhas humanas expõem fragilidades do sistema

Falhas humanas foram a principal causa do acidente aéreo com o Boeing da Gol e o Legacy da ExcelAir, que matou 154 pessoas em setembro do ano passado. Essa foi a conclusão do primeiro relatório da CPI do Apagão Aéreo, que considera existirem indícios suficientes para responsabilizar os pilotos norte-americanos do Legacy, Jan Paul Paladino e Joseph Lepore, e os controladores de voo Jomarclo Fernandes dos Santos, Lucivando de Tibúrcio de Alencar, Leandro José de Barros e Felipe Santos dos Reis.

Para cada um o relator pediu até cinco anos de prisão, enquadrando todos nos mesmos artigos do Código Penal – exposição culposa de aeronave a perigo, qualificada por conta das mortes.

"Se os pilotos do Legacy não tivessem desligado o *transponder*, o acidente não teria acontecido. Se os controladores de voo tivessem atuado de forma diligente e responsável, conforme a natureza da atividade exige, o acidente não teria acontecido", afirmou o relator da CPI, Demostenes Torres.

O texto baseou-se em inquérito da Polícia Federal, laudo pericial

LINDOMAR CRUZ



Demostenes (à esq., com Tião Viana, à dir.) responsabilizou pilotos do Legacy e controladores de voo

do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, denúncia do Ministério Público Federal e depoimentos e documentos colhidos pela comissão.

O relatório denuncia negligência ou imperícia dos pilotos, pois o aparelho *transponder* não estava ligado quando houve a colisão com o Boeing da Gol. Caso o equipamento estivesse funcionando, teria evitado a ocorrência

do evento danoso.

Mas o documento da CPI atenua a responsabilidade dos pilotos pelo não cumprimento do plano de voo. O depoimento dos controladores, segundo o relator da CPI, demonstra fragilidades do sistema de controle do tráfego aéreo que podem ter dificultado a comunicação com os pilotos.

Com relação aos controladores, o relatório constata que "fica

patente a falha do controlador Jomarclo Fernandes dos Santos, que, embora tente imputar a falha ocorrida a uma imprecisão do sistema utilizado, deixa claro que sabia que a aeronave Legacy deveria descer a 36 mil pés após Brasília".

O relatório foi encaminhado ao Ministério Público Federal, ao Departamento de Polícia Federal e ao Comando da Aeronáutica.

ÉTICA Mesa encaminha ao Ministério da Justiça o pedido para que seja concluída a perícia em papéis de Renan

Documentos serão enviados à PF

A Mesa do Senado encaminhou a solicitação, feita pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para que a Polícia Federal (PF) faça perícias adicionais nos documentos apresentados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para comprovar que ele possuía recursos para pagar a pensão alimentícia de sua filha com a jornalista Mônica Veloso. O resultado virá após o recesso parlamentar.

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), que dirigiu a reunião da Mesa na última terça-feira, informou que a decisão foi unânime e que não houve qualquer alteração na solicitação apresentada pelo Conselho de Ética.

– É a decisão que esperávamos – declarou o senador José Nery (PSOL-PA), cujo partido é o autor da representação contra Renan, acusado de ter despesas pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior.

Tião Viana comunicou que o pedido foi entregue ao ministro da Justiça, Tarso Genro, chefe

da pasta que comanda a PF. O senador César Borges (DEM-BA), 3º secretário da Mesa, disse que o ministro da Justiça tem a obrigação constitucional de atender à solicitação do Senado. Segundo César Borges, não há um prazo para o fim da perícia. “É a sociedade brasileira que exige presteza no processo.”

– Não nos caberia tomar outra decisão, especialmente se considerarmos que os documentos em questão foram fornecidos pelo próprio presidente Renan em sua defesa. Portanto, a perícia se liga a denúncias de irregularidades nesses documentos e a verdade interessa a todos – disse o 1º secretário, Efraim Moraes (DEM-PB), salientando que Renan Calheiros não interferiu na reunião e que nenhum dos membros da Mesa atendeu a celulares.

– Seria inviável interromper o processo, sem lhe dar encaminhamento. A Casa não pode continuar sangrando e perdendo prestígio – afirmou o 4º secretário, Magno Malta (PR-ES).

O líder do PSDB, Arthur Vir-



Tião Viana (C) anuncia aos jornalistas a decisão unânime da Mesa: Polícia Federal concluirá perícia

gílio (AM), elogiou a decisão. “Ninguém pode brincar com a opinião pública.” Para ele, o processo implica ampla investigação e pleno direito de defesa. E, frisou, resta ao presidente submeter-se ao julgamento, com humildade e sem interferir no processo.

Casagrande diz que relatório pode ser votado no fim de agosto

Renato Casagrande (PSB-ES) espera que o resultado da perícia da Polícia Federal nos documentos apresentados por Renan Calheiros oriente a elaboração do relatório sobre o caso. Casagrande, um dos três relatores do caso no Conselho de Ética, acredita que o relatório poderá estar pronto para votação até o dia 20 de agosto.

O senador garante que não haverá mais atrasos no andamento do processo, pois a perícia deve ocorrer durante o recesso, que vai até 31 de julho. Até lá, disse, não haverá reuniões do conselho, mas seus integrantes poderão estudar as informações apresentadas. “Com isso não teremos nenhum atraso no cronograma da investigação”, afirmou.

Renan afirma que decisão da Mesa foi democrática

O senador Renan Calheiros, presidente do Senado, disse que a decisão da Mesa, de encaminhar o pedido de perícia nos documentos por ele apresentados ao Conselho de Ética, foi democrática. Ele afirmou também que está preparado para continuar apresentando provas de sua inocência.

– Isso é um caso surrealista. Eu me submeti a fazer a prova contrária, já fiz a prova contrária e se for preciso repetir, nós vamos repetir – frisou.

O presidente do Senado reconheceu que a Casa enfrenta um momento de tensão política, mas disse não ver isso como uma crise. Porém, ressaltou, as tensões não atrapalharam os trabalhos da Casa. “Eu estou satisfeito porque, apesar de tudo, o Senado conseguiu manter o

vigor dos outros anos.” Renan reafirmou que permanecerá presidindo a Casa, “apoiado tanto na legitimidade dos votos” que o elegeram, “quanto na certeza de que a licença [do cargo] significaria compactuar com quem busca condenar sem provas”.

Antes da reunião da Mesa, Renan se declarou impedido para despachar expedientes relativos à representação feita contra ele no Conselho de Ética. O anúncio foi feito por meio de ofício encaminhado ao presidente do conselho, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), e lido em Plenário na segunda-feira. No documento, Renan pede a Quintanilha que despache diretamente ao vice-presidente do Senado, Tião Viana, as correspondências acerca do processo disciplinar.

Gim toma posse sob investigação

O primeiro suplente do ex-senador Joaquim Roriz, que renunciou ao mandato, tomou posse como senador, na tarde da terça-feira passada: Gim Argello, presidente do PTB do Distrito Federal. Poucas horas mais tarde, já havia sido protocolada pelo PSOL representação contra ele no Conselho de Ética, por quebra de decoro parlamentar.

Ainda em Plenário, momentos depois do juramento de Gim no cargo, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), questionou o novo senador sobre as acusações e processos a que responde na Justiça.

– Vossa Excelência vai lidar comigo de maneira frontal e deveria se dirigir à tribuna para responder imediatamente a es-

sas acusações – disse Virgílio.

Gim limitou-se a dizer que, no momento oportuno, vai provar sua inocência em todas as acu-



Gim Argello tomou posse e já foi questionado sobre as denúncias que o envolvem

sações, ponto por ponto. “Só não gostaria de ser prejudgado”, afirmou.

– É estranho Roriz ter renunciado e outra pessoa, envolvida na mesma denúncia, continuar no Senado – disse o senador José Nery (PSOL-PA).

O corregedor da Casa, senador Romeu Tuma (DEM-SP), já recebeu documentos da Polícia Federal referentes à Operação Aquarela, que investigou tanto Roriz quanto Argello.

Bacharel em Direito, empresário, 44 anos, Gim Argello nasceu em São Vicente (SP). Mudou-se para Taguatinga, cidade-satélite de Brasília. É casado e tem dois filhos. Ingressou na política há 23 anos. Seu suplente é Marcos de Almeida Castro.

O que a perícia deve esclarecer

A partir de sugestões do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar elaborou lista com 30 quesitos que deverão orientar a perícia da Polícia Federal na documentação apresentada por Renan. Veja a lista na íntegra:

- 1) São autênticas, válidas ou legítimas as notas fiscais?
- 2) As Guias de Transporte de Animais apresentadas são autênticas?
- 3) A quantidade de vacinas de febre aftosa adquiridas é compatível com a quantidade de reses declaradas?
- 4) Há compatibilidade entre os recibos de venda de gado e os depósitos em contas bancárias?
- 5) Os créditos ocorridos nos extratos bancários e descritos nos recibos como oriundos de venda de gado, são respaldados pelas notas fiscais do produtor?
- 6) As notas fiscais foram contabilizadas ou registradas pelo emitente?
- 7) É possível afirmar que as operações de venda de gado descritas nas notas fiscais do produtor ocorreram efetivamente conforme suas descrições?
- 8) As primeiras vias das notas fiscais são autênticas?
- 9) As fichas de controle de estoque de gado bovino são compatíveis com a documentação disponível para exame?
- 10) Qual é, a partir das declarações de Imposto de Renda, a evolução patrimonial no período de 2002 a 2006?
- 11) Essa evolução patrimonial é compatível com a renda declarada?
- 12) A renda declarada, oriunda de atividade rural, é compatível com as notas fiscais de produtor apresentadas?
- 13) Há compatibilidade entre as informações dos documentos fiscais e os demais analisados?
- 14) Os documentos comprovam a capacidade financeira do senador para satisfazer os compromissos alimentícios que alega ter honrado?
- 15) O gado vendido era de propriedade do senador?
- 16) É possível afirmar, em cotejo com as datas e números das dez notas fiscais anteriores e as dez notas posteriores dos respectivos talonários, que as notas fiscais respeitaram a ordem cronológica de emissão – dia, mês e ano?
- 17) Os documentos apresentados cumpriram todas as indispensáveis formalidades para sua constituição, validade jurídica, fiscal e/ou administrativa?
- 18) As Guias de Transporte Animal e as notas fiscais correspondem ao gado vendido?
- 19) Há correspondência entre as notas fiscais e as GTAs?
- 20) As alegadas transações de compra e venda de gado cumpriram as formalidades, inclusive perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais?
- 21) Os valores das vendas refletem a média praticada no mercado de compra e venda de gado em Alagoas, ou se pode haver superfaturamento?
- 22) Os documentos de compra de vacina para gado trazem a certeza da quantidade de gado de seu comprador?
- 23) A vacinação e a quantidade de gado bovino do Representado estão formal e tempestivamente registradas na Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado de Alagoas – ADEAL?
- 24) Há saques ou transferências bancárias das contas do senador, correspondentes aos valores e ao período dos pagamentos a Mônica Veloso?
- 25) No período que teria arcado com as despesas e haveres alimentícios de Mônica Veloso e/ou de sua filha – de janeiro de 2004 até dezembro de 2006 –, o senador possuía em suas contas bancárias recursos suficientes?
- 26) O dinheiro ou crédito oriundo das supostas vendas de gado bovino constam das movimentações bancárias das contas correntes?
- 27) As declarações de Imposto de Renda são autênticas?
- 28) Os extratos bancários apresentados são autênticos?
- 29) Há algum documento falso apresentado na defesa?
- 30) Os valores apurados nas vendas de gado foram depositados no Banco do Brasil?

Cuidado com as infecções urinárias

As infecções urinárias são uma das principais causas de consultas médicas, só perdendo para as infecções respiratórias. Exceto nas crianças até dois anos, em que atinge mais os meninos, a doença é mais comum nas mulheres: estima-se que metade delas é atingida pelo menos uma vez na vida. Entre 25% e 30% das mulheres na faixa etária de 30 a 40 anos apresentam infecção

urinária, sendo que 25% delas têm episódios repetidos.

Em razão da frequência da doença e da facilidade de acesso a informação e a medicamentos, as pessoas tendem a se automedicar, mas, apesar da aparente simplicidade, a doença não dispensa o exame médico criterioso para um tratamento adequado. Veja nesta edição o que é e como prevenir a infecção urinária.

Bactérias sobem pela uretra e contaminam sistema

A infecção urinária é uma doença que pode atingir qualquer parte do aparelho urinário (veja ilustração) e é definida como a presença de bactérias, vírus, fungos e outros microorganismos nesse sistema. Quando surge no rim, chama-se pielonefrite; na bexiga, cistite; na próstata, prostatite; e, na uretra, uretrite.

A infecção é mais comum nas mulheres porque elas possuem a uretra mais curta e com saída próxima à entrada da vagina

– que abriga diversos microorganismos que compõem a flora vaginal –, facilitando o caminho desses e de outros microorganismos até a bexiga. Quando ocorre mais de três vezes no ano, é preciso ter ainda mais cuidado na identificação da causa e no tratamento, para evitar que os rins sejam afetados.

Nos homens, em geral as infecções urinárias estão relacionadas, a problemas de cálculo renal ou de próstata.



CLAUDIO JAHARA/FICKR

A Sociedade Brasileira de Urologia recomenda a ingestão de seis copos de água por dia, no mínimo

Higiene inadequada favorece o surgimento da doença

A urina não deve conter microorganismos, cuja presença pode causar infecção urinária, caso da *Escherichia coli*, bactéria da flora intestinal que responde por cerca de 85% dos casos. Há alguns fatores que favorecem o acesso dos microorganismos ao aparelho urinário:

- ▶ Acúmulo de urina na bexiga por muito tempo
- ▶ Hábitos de higiene inadequados
- ▶ Gravidez, situação em que diminuem as defesas da mulher e aumenta a progesterona, hormônio que relaxa a bexiga, favorecendo a retenção de urina
- ▶ Climatério/menopausa: a probabilidade do surgimento da doença aumenta à medida que a mulher envelhece em ra-

ção das alterações hormonais

- ▶ Atividade sexual intensa, uso de diafragma, infecções anteriores, baixa imunidade
- ▶ Doenças sexualmente transmissíveis e infecções ginecológicas
- ▶ Obstrução urinária: qualquer fator que impeça o fluxo constante de urina, como aumento da próstata, defeitos congênitos, cálculos urinários (“pedra nos rins”), tumores
- ▶ Diabetes
- ▶ Corpos estranhos: a inserção de corpos estranhos, como sondas, pode carregar as bactérias para o sistema urinário
- ▶ Doenças neurológicas: interferem nos mecanismos de esvaziamento da bexiga, favorecendo a retenção de urina

Intensidade dos sintomas depende do tipo de bactéria

A intensidade dos sintomas depende das defesas do paciente e da capacidade do microorganismo de aderir às paredes do aparelho urinário. Os principais sinais de problemas urinários são:

- ▶ Dor ao urinar
- ▶ Ardência na uretra durante a micção
- ▶ Dificuldade para iniciar a micção
- ▶ Urgência de urinar
- ▶ Micções muito frequentes e em pequenas quantidades

- ▶ Urina com mau cheiro ou coloração alterada
- ▶ Sangue na urina, que fica avermelhada ou acastanhada
- ▶ Dor na parte baixa do abdome, associada ou não ao ato de urinar

- ▶ Febre, calafrios, dor nas costas, náuseas, vômitos (quando a infecção é no rim)

Nas crianças os sintomas nem sempre são evidentes e podem incluir febre, falta de apetite, parada de crescimento e perda de peso.

Veja como se prevenir mudando hábitos

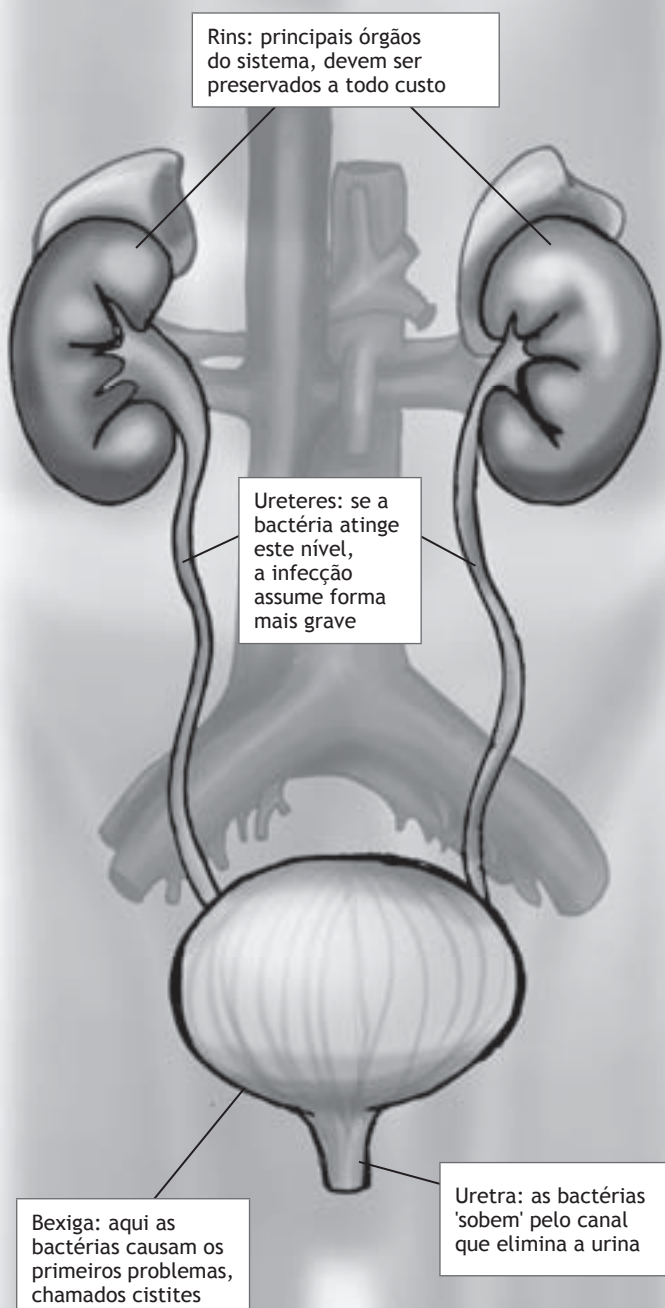
- ▶ Tome muito líquido – água e sucos de preferência (média de seis a oito copos por dia)
- ▶ Não retenha urina, principalmente após as relações sexuais
- ▶ Evite café e álcool e mantenha o peso em um patamar saudável
- ▶ Mantenha o intestino funcionando bem
- ▶ Use preservativo
- ▶ Não se automedique

Para as mulheres:

- ▶ Ao limpar-se, faça-o da vagina para o ânus, nunca ao contrário
- ▶ Lave a região do ânus com água e sabão após as evacuações
- ▶ Evite absorventes internos
- ▶ Use calcinhas de algodão
- ▶ Prefira vestidos, saias e calças folgadas às calças compridas grossas e apertadas

O tratamento é feito com antibióticos por via oral, exceto na pielonefrite, quando são dados por via venosa. A duração depende do tipo de infecção e do antibiótico escolhido, podendo durar três, sete, dez ou 14 dias. Se mal tratada ou não tratada, a infecção urinária pode danificar os rins e até ser fatal. Grávidas correm o risco de dar à luz crianças de baixo peso ou prematuras.

O sistema urinário



Saiba mais

Sociedade Brasileira de Urologia
Rua Bambina, 153 - Botafogo
Rio de Janeiro (RJ) - CEP
22251-050
(21) 2246-4092/4265
Fax: 2246-4194
www.sbu.org.br

Sociedade Brasileira de Nefrologia
Rua Machado Bittencourt, 205
Conj. 53 - Vila Clementino
São Paulo (SP) - CEP 04044-000
(11) 5579-1242
Fax: 5573-6000
www.sbn.org.br

Universidade Federal de São Paulo
Escola Paulista de Medicina
Rua Botucatu, 740 - Vila Clementino
São Paulo (SP) - CEP 04023-900
(11) 5576-4000/4522
epm.br